



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.



EDITAL
DE
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2017

O Município do Rio Grande comunica aos interessados que está procedendo Chamamento Público para CREDENCIAMENTO de oficina mecânica de veículos automotores para os serviços de inspeção/vistoria veicular na forma de delegatário, com previsão legal na Lei Municipal nº 6.408.

1. DO OBJETO

1.1 - O presente Chamamento Público visa credenciar oficinas mecânicas de veículos automotores para realizar inspeção/vistoria veicular na forma de delegatário, com previsão legal na Lei Municipal nº 6.408, Artigo 2º, cujas vistorias serão realizadas conforme disposições constantes no Anexo I – Termo de Referência.

1.2 - Os valores serão pagos diretamente aos credenciados e serão os seguintes:

Tipo de Veículo	Valor
Ônibus urbano, Ônibus de Fretamento e Veículos de Transporte Escolar	45 URM's
Veículo de aluguel provido de taxímetro	28 URM's
Veículo de mototáxi e motofrete	19 URM's

URM – Unidade de Referência Municipal
Valor exercício 2017 – R\$ 3,22

1.3 – O credenciado deverá ter oficina na cidade do Rio Grande

2. CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO

2.1. As pessoas jurídicas interessadas em prestar serviços ao Município do Rio Grande, deverão entregar os documentos indicados no Item 03 deste Edital no Gabinete de Compras, Licitações e Contratos sito à Rua General Bacelar, nº 264, 2º andar, centro, nesta, a partir do **dia 03 de maio de 2017 das 13:00 hs às 17:30 hs**

2.2. O Credenciamento permanecerá aberto a futuros interessados que preencherem as condições previstas nesse Edital, durante todo o seu período de vigência.

2.3. A vigência do credenciamento é de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado até o limite máximo de 60 (sessenta) meses previstos no inciso II do art. 57 da Lei 8.666/1993.



3. DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO PESSOA JURÍDICA:

3.1. Contrato social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado ou no Cartório de Títulos e Documentos, onde conste, dentro dos objetivos, a prestação dos serviços acima indicados;

3.1.2 . Registro Comercial no caso de empresa individual

3.2. Comprovação de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ

3.3. Certidão de Inexistência de Débito para com o Sistema de Seguridade Social (CND);

3.4. Certidão de Regularidade com o FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;

3.5. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, na Jurisdição Fiscal do estabelecimento da licitante;

3.6. Apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito de negativa, com validade de 180(cento e oitenta) dias contados da sua emissão;

3.7. Alvará de localização fornecido pelo Município da sede do estabelecimento;

3.8 - O licitante deverá apresentar atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado contratante do serviço, onde fique comprovada a responsabilidade técnica da empresa na execução de serviço de complexidade tecnológica pertinente e compatível em características com o objeto da licitação.

3.9 - Comprovante de possuir responsável técnico com ensino superior (engenheiro mecânico) e registro do mesmo junto ao seu respectivo conselho profissional.

3.9.1 - Declaração do responsável técnico onde fique clara a autorização de inclusão e de disponibilidade de seu nome como responsável técnico na proposta e na realização dos trabalhos contendo: Nome completo, CPF, RG, assinatura do profissional, do representante legal da empresa, razão social e CNPJ.

3.9.2 - Será exigido prova de vínculo do profissional acima descrito com a empresa declarada vencedora no ato da assinatura do contrato.

3.10. Requerimento de Credenciamento Anexo II deste Edital devidamente preenchido.

3.11. Declaração, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, e no inciso V do art.27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1983, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e em qualquer trabalho menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos - Modelo Anexo III



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.



3.12 – Declaração que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) exercente de cargo, função ou emprego na Administração Pública Municipal - Modelo Anexo IV

4. – DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

4.1 - Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em uma única via a saber,

- a) em original (não serão devolvidos)
- b) por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, pelo (a) Pregoeiro (a), por membro da Comissão,
- c) ou publicação em órgão da imprensa oficial,
- d) vedada sua apresentação através de cópia produzida via fax ou cópia ilegível.
- e) os documentos que forem emitidos via Internet terão sua autenticidade verificada nos respectivos sites.

4.2 - Os documentos que não tiverem prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor somente serão válidos desde que tenham sido expedidos, no máximo, dentro dos 60 (sessenta) dias anteriores à data fixada para o recebimento dos envelopes, deste Edital.

4.3 - Será inabilitado o licitante que deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com as exigências deste Edital.

5. CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Os serviços serão prestados exclusivamente no estabelecimento do credenciado, com pessoal e material próprio, sendo de sua responsabilidade exclusiva e integral os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais decorrentes do serviço, cujo ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para o Município.

5.2. A escolha do estabelecimento para vistoria será feita exclusivamente pelo responsável pelo veículo, que receberá lista dos credenciados para a realização do serviço, com os seus respectivos horários de atendimento.

5.3. O Município reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo proceder no descredenciamento, em casos de má prestação, que deverá ser verificada em processo administrativo específico, com garantia do contraditório e ampla defesa.

5.4. Em caso de negativa injustificada de atendimento, além do descredenciamento serão aplicadas as seguintes penalidades;

- a) Advertência.
- b) multa no valor de 10% (dez por cento) do valor do procedimento solicitado e não executado.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.



c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 02 (dois) anos

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade

5.5. O credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, desde que observado o prazo de antecedência de 30 (trinta) dias corridos contados a partir da solicitação mediante termo formal e termo de recebimento emitido pela Secretaria de Município de Meio ambiente.

6. É VEDADO

6.1. O trabalho do credenciado em dependências ou setores próprios do Município;

6.2. O credenciamento de profissionais pertencentes ao quadro permanente do Município, bem como pessoas jurídicas com as quais esses mantenham qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista, conforme art. 9º, inciso III e § 3º, da Lei 8.666/1993;

7. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento pelos serviços prestados pela credenciada será efetuado diretamente com o responsável pelo veículo solicitante do serviço, não cabendo assim nenhum ônus para este Município

8. FORMALIZAÇÃO

8.1. O credenciamento será formalizado mediante termo próprio, conforme Anexo III – Minuta de Termo de Credenciamento, contendo as cláusulas e condições previstas neste Edital, bem como aquelas previstas no art. 55 da Lei nº 8.666/1993, que lhe forem pertinentes.

8.2 – O prazo de vigência do(s) Termo(s) de Credenciamento resultante(s) do presente Chamamento Público terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado a critério da Credenciante por igual período até o limite máximo permitido pela Lei 8.666/93.

9. DAS IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

9.1. Eventuais pedidos de impugnações ao presente Edital de Chamamento Público deverão ser dirigidos ao Gabinete de Compras, Licitações e Contratos e protocolizados durante o horário de expediente, que se inicia às 13:00 hs e se encerra às 17:30 até 24 horas anteriores a data marcada para início da entrega de documentos

9.2. Da decisão relativa ao credenciamento ou descredenciamento caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis que deverá ser redigido ao Gabinete de Compras, Licitações e



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.



Contratos e protocolizados durante o horário de expediente, que se inicia às 13:00 hs e se encerra às 17:30

10. INFORMAÇÕES

10.1. Informações serão prestadas aos interessados no Gabinete de Compras, Licitações e Contratos sito a Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 458, Centro, Nesta, Telefone (53) 3233.8417, durante o horário de expediente, que se inicia às 13:00 hs e se encerra às 17:30, onde poderão ser obtidas cópias do Edital. O edital estará disponível também no site desta Prefeitura www.riogrande.rs.gov.br.

11. - Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Requerimento de credenciamento

Anexo III – Modelo de declaração de não emprego de menor

Anexo IV – Declaração de não emprego de funcionários Municipais.

Anexo V – Minuta de Termo de Credenciamento

12. Os casos omissos neste edital serão resolvidos nos termos da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, suas alterações e legislação complementar.

13. O Foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Rio Grande, com exclusão de qualquer outro.

Rio Grande, 25 de abril de 2017.

Ademir Giambastiani Casartelli
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.